

Senadores protestam contra fim de incentivo para estados pobres

Segundo Iris Rezende, projeto de lei complementar que elimina o ICMS para as exportações contém "artimanha" que permite ao governo legislar sobre benefícios fiscais



Benedita da Silva

Benedita participa de encontro sobre mulher em Manágua

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) será a única representante brasileira no encontro especial sobre liderança e representação da mulher, que acontecerá entre amanhã (dia 11) e sexta-feira (dia 13) em Manágua, capital da Nicarágua. O evento debaterá um plano inovador que assegure à mulher condições de acesso a postos de liderança, tanto na vida política quanto cívica dos países da América Latina.

O convite partiu do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), organizador do encontro, que contará com a participação de lideranças acadêmicas, membros de ONGs, fundações interessadas na iniciativa e de outras organizações importantes da região.

Osmar desaprova portaria contra a febre aftosa

Página 4

CAE ouve Kandir antes de votar isenção de ICMS

A Comissão de Assuntos Econômicos deve votar hoje o parecer do senador José Fogaça sobre o projeto de lei que isenta de ICMS os produtos para exportação. Antes, a CAE ouve o ministro do Planejamento, Antonio Kandir. Página 2



Iris Rezende

Provocada por um discurso do senador Iris Rezende (PMDB-GO), boa parte do plenário condenou ontem alguns artigos do projeto de lei complementar que elimina o ICMS para as exportações, os quais praticamente impediriam que os estados mais pobres ou do interior concedam incentivos para atrair indústrias.

- O Senado não pode admitir essa artimanha, esse subterfúgio. Eles aproveitaram um projeto de estímulo às exportações para legislar sobre incentivos fiscais. São Paulo e Rio podem brigar à vontade para atrair indústrias, mas que deixem os estados pobres em condições de participar dessa disputa - afirmou Iris.

Josaphat Marinho (PFL-BA) ponderou que o assunto deveria ser disciplinado pela Constituição. Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou que Iris contava com o apoio "de todo o plenário". Ramez Tebet (PMDB-MS) lembrou que a industrialização dos estados pobres "será benéfica aos ricos, pois vai desafogar as metrópoles". Condenaram ainda os artigos do projeto os senadores Roberto Requião (PMDB-PR), Osmar Dias (PR), Mauro Miranda (PMDB-GO) e Lúdio Coelho (PSDB-MS).

O presidente do Senado, José Sarney, informou que os senadores votarão amanhã, às 10h, pedido de urgência para o projeto. Iris manifestou-se contra a urgência. Caso seja aprovada, o projeto poderá ser votado na quinta-feira (dia 12).

ACM quer para todos o que Rio possa receber do governo

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) advertiu ontem, em plenário, que os benefícios a serem porventura recebidos do governo federal pelo estado do Rio de Janeiro, em caso de uma moratória, terão de ser concedidos aos outros estados. A informação sobre a possível moratória foi publicada pela imprensa no final da semana.

- Nada contra o Rio de Janeiro. Tudo a favor, mas nada de privilégios. Os privilégios são intoleráveis e o Senado não pode tolerar privilégios que venham a beneficiar só um estado da Federação - afirmou ACM.

O senador lembrou que não conhece a posição do governo federal sobre o as-



Antonio Carlos Magalhães

sunto e muito menos se o pedido será concretizado. No entanto, afirmou que existem estados bem administrados, como a Bahia, os quais não podem ser excluídos de alguma ajuda só porque sua administração foi bem feita. "Estou advertindo o Senado e o País, para que não se defrontem com um fato consumado", disse.

CAE ouve Kandir sobre projeto do ICMS

Em seguida, comissão deverá votar parecer de José Fogaça sobre a matéria. Pacote ecológico é objeto de nova audiência pública, desta vez com representantes do governo

O ministro do Planejamento, Antônio Kandir, deve comparecer hoje, às 10h, à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) para falar sobre o projeto de lei que isenta de ICMS os produtos semi-elaborados destinados à exportação. Em seguida, a CAE deverá votar o parecer do senador José Fogaça (PMDB-RS) sobre a matéria.

Também na manhã de hoje, às 10h, a comissão mista destinada a examinar a Medida Provisória 1511-1, o chamado pacote ecológico, realiza mais uma audiência pública, depois das que foram realizadas em Rondônia e no Acre. A comissão, presidida pelo senador Odacir Soares (PFL-RO), desta vez ouvirá o ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia,

e o coordenador de macrozoneamento econômico-ecológico da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Herbert Otto Roger Schubert, com o objetivo de definir, segundo o senador, os pontos que poderão sofrer mudanças naquela legislação.

Outra comissão que se reúne hoje, às 10h, é a de Assuntos Sociais, presidida pelo senador Beni Veras (PSDB-CE). Na ocasião, deverá promover audiência pública sobre o projeto de autoria da senadora Marina Silva (PT-AC) que regula o acesso aos recursos genéticos.

Às 17h, será instalada a Subcomissão Temporária de Fiscalização da Comissão Mista de Orçamento, na Câmara dos Deputados. O coordenador da subcomissão é o senador Odacir



Odacir (2º à esquerda) e Bianco (D); debate sobre pacote ecológico

Soares. Hoje também serão instaladas as comissões mistas que analisarão as novas edições das medidas provisórias sobre as mensalidades escolares e sobre o reajuste do salário mínimo.

Para amanhã, a agenda da CAE prevê exposições de Cláudio

Ávila, presidente da Eletrosul, e Luiz Zapeline, diretor de engenharia e planejamento da empresa, sobre os "consórcios licitados pela atual administração, com enfoque especial para as usinas de Machadinho, Itá e Jacu".

Votação do Código de Trânsito deve terminar amanhã

O Senado deverá concluir amanhã a votação, em turno suplementar, do substitutivo ao projeto de lei da Câmara que institui o Código de Trânsito Brasileiro. A sessão, extraordinária, está marcada para as 10 horas.

Hoje, deverá ser votada em primeiro turno a Proposta de

Emenda à Constituição nº 12, de iniciativa do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que considera competência do município "promover a desapropriação, por interesse social, de imóvel para fins de urbanização, mediante prévia e justa indenização". Em primeiro dia de discussão, em segundo tur-

no, estarão as Propostas de Emenda à Constituição nº 22, da Câmara, que dispõe sobre a criação de municípios, de nº 30, enviada pelo Executivo e que trata da reforma da educação, e de nº 43, de autoria do senador Romero Jucá (PFL-RR), que altera o art. 46 da Constituição.

Também deverão ser votados na sessão de hoje requerimentos de urgência para diversas matérias e o projeto de lei da Câmara que concede, a título de indenização decorrente de responsabilidade civil da União, pensão especial aos dependentes de José Ivanildo Sampaio de Souza.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

10h - Despachos internos.

12h30 - Recebe Adolfo Azeiteiro, Prêmio Nobel da Paz.

14h30 - Preside sessão deliberativa do Senado.

17h - Participa do lançamento do livro "A vida do Barão do Rio Branco", de autoria do ex-senador Luis Viana Filho, no Salão Negro do Congresso Nacional.

20h - Participa de jantar com membros da ANJ, oferecido pelo jornalista Paulo Cabral de Araújo e senhora.

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Obs.: O período destinado aos oradores da Hora do Expediente será destinado a homenagem à Fenaq pelos 50 anos.

Pauta: Votação em primeiro turno da "PEC nº 12/95, que trata da desapropriação de imóveis; primeiro dia de discussão em segundo turno das "PECs nºs 22 e 30/96, que tratam da criação de municípios e da reforma da educação, respectivamente; e último dia de discussão em primeiro turno da "PEC nº 43/95, que trata de mandatos eletivos.

COMISSÕES

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: 1ª parte: Exposição do ministro do Planejamento Antônio Kandir, objetivando a instrução da tramitação do PLC nº 57/96-Complementar.

2ª parte: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "Mensagem nº 156/96 (não terminativo), que solicita ao Senado Federal seja autorizada a União, medi-

ante a edição de uma resolução específica, a empreender operações de reestruturação dos bônus da dívida externa, contemplando a troca de papéis, a emissão de novos títulos para substituição dos antigos, com vistas ao alongamento de prazos ou redução de encargos; e "PLC nº 57/96 - Complementar (não terminativo), que dispõe sobre o imposto dos estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias.

10h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1511-1/96, que dá nova redação ao art. 44 da Lei nº 4.771/65, e dispõe sobre a proibição do incremento da conversão de áreas florestais em áreas agrícolas na região Norte e na parte norte da região Centro-Oeste

Pauta: Audiência pública com a presença do ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, e do coordenador de macrozoneamento ecológico-econômico da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Herbert Otto Roger Schubert. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

14h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Audiência pública com vistas à instrução do PLS nº 306/95, que regula o acesso aos recursos genéticos do País. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.

14h30 - Comissão Mista de Orçamento

Pauta: Audiência pública, tendo como palestrantes o secretário da Receita Federal, Everardo de Almeida Maciel; e o secretário executivo do Ministério da Previdência e Assistência Social, José Cechin, para prestarem esclarecimentos acerca da Proposta Orçamentária para 1997. Plenário 02 da Câmara dos Deputados.

17h - Subcomissão Temporária de Fiscalização

Pauta: Instalação dos trabalhos. Plenário 02 - Anexo II da Câmara dos Deputados.

Valmir quer indenização de US\$ 6 mi

Senador processa revista IstoÉ e apresenta certidão do TRE mostrando que gastou apenas metade do que foi autorizado para sua campanha a governador em 1994

Tebet: Gasoduto levará progresso ao interior do País



Tebet

O acordo para a construção do gasoduto entre o Brasil e a Bolívia, assinado na semana passada, não só mudará a matriz energética brasileira como

também contribuirá para o desenvolvimento do interior do País, afirmou o senador Ramez Tebet (PMDB-MS).

- O meu Mato Grosso do Sul tem razões para alegrar-se com o anúncio de que o gasoduto será construído, pois privilegia o estado desde Corumbá até Três Lagoas, passando por Campo Grande - afirmou.

Conforme Tebet, o projeto prevê objetivos estratégicos, como a construção de um anel fechado, integrando os sistemas de gás das Bacias de Campos e Santos com combustível vindo da Argentina e Bolívia. Outro ponto importante, segundo o senador, é a viabilização de um pólo metalúrgico em Corumbá.

Senador registra morte de candidato

O senador Ramez Tebet apresentou condolências à família de Gilberto Stefanello, candidato do PMDB a prefeito de Itaporã (MS), que foi encontrado morto com um tiro na cabeça e um revólver na mão direita dentro de sua caminhonete.

Segundo o senador, Stefanello liderava as pesquisas de opinião pública à prefeitura de Itaporã, cuja população se encontra "revoltada e indignada" com o fato, aguardando as conclusões do inquérito policial sobre as causas da morte.



Valmir Campelo denuncia "história sem nexos"

Requião diz que revista Veja foi "irresponsável"

Argumentando que não acredita em legislação especial para punir jornalista, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) exerceu ontem seu direito de resposta da tribuna da Casa, chamando a revista *Veja* de "irresponsável" por tê-lo ofendido, segundo afirmou, em nota publicada na coluna *Radar* da edição desta semana. O texto diz que o senador teria requerido à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado a convocação do presidente do Paraguai, Juan Carlos Wasmosy, e insinua que o próximo convocado talvez seja o presidente americano Bill Clinton.

Requião sustentou que "há gente também que acha que a *Veja* não é séria, mas é irresponsável e dada a molecagens". O senador acha que a revista ofende a ele e a seus leitores ao dar credibilidade e publicar notícia como essa, e explicou o que realmente fez a comissão.

Ele relatou que em conversa com o presidente da CAE, senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), o presidente

paraguaio teria dito que gostaria de vir ao Senado para falar sobre a usina de Itaipu e sobre a segunda ponte que liga o Paraguai ao Brasil. Na última reunião da CAE, então, Gilberto Miranda formalizou o convite, que levou também a assinatura de Requião. "Portanto, o que foi enviado ao presidente Juan Carlos Wasmosy foi um convite e não uma convocação".

Requião disse que gostaria de convocar para depor o presidente da *Veja*, Roberto Civita, a fim de que ele explique por que sua revista jamais publicou noticiário apurado no Paraná sobre o Banco Bamerindus. O próprio Civita, segundo o senador, teria pedido a Requião, então governador do estado, que abrisse a seus repórteres informações sobre o Bamerindus. No entanto, acentuou, quando se supunha que ia sair a matéria, o que foi publicado consistiu em seis páginas de publicidade do banco. Agora, Requião diz que gostaria de ver a coluna *Radar* ter a coragem de publicar essa história.



Roberto Requião

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) afirmou ontem, em plenário, que "espera ser conhecido como o homem de US\$ 6 milhões" com a indenização que, segundo disse, a revista *IstoÉ* será condenada a lhe pagar, em decorrência de ações de reparação de danos morais.

Lembrando que o ministro da propaganda de Hitler, Göebells, já dizia que "uma mentira repetida várias vezes torna-se verdade", Valmir protestou contra a *IstoÉ*, que reiterou esta semana acusação contra o senador. "A mentira está sendo repetida insistentemente. Durante esse final de semana, o Sindicato dos Bancários levou ao ar, repetidamente, propaganda paga afirmando o meu envolvimento com as irregularidades", disse.

Valmir relatou que "dois presidiários condenados a mais de dez anos de prisão, que nada mais têm a perder, estranhamente resolveram contar à imprensa que uma parcela do vultoso desfalque que deram no Banco do Brasil foi destinada à minha campanha eleitoral ao cargo de governador, em 1994".

- E por que essa doação toda? Porque iriam poder indicar dois diretores de uma empresa estatal. Ora, a falta de nexos da história contada é patente. Quem, em sua consciência, "investiria" US\$ 6 milhões em um candidato em troca de uma mera promessa de designação de dois diretores de uma empresa estatal? - questionou.

Valmir apresentou certidão do TRE comprovando que suas contas de campanha de 94 tiveram aprovação unânime, sem ressalvas. Lembrou que tinha autorização da Justiça Eleitoral para gastar até R\$ 6 milhões e 625 mil. No entanto, foram gastos menos de 50% desse valor, ou seja, R\$ 2 milhões, 935 mil e 200, esclareceu.

Osmar Dias pode ir à Justiça contra a portaria da aftosa

Proibição da saída de bovinos e suínos do Paraná para outros estados do Sul "é acima de tudo uma burrice", diz senador

O senador Osmar Dias (PR) anunciou ontem que, se preciso, recorrerá à Justiça contra a portaria do Ministério da Agricultura que impediu a saída de bovinos e suínos do Paraná para os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, para prevenção contra a febre



Osmar Dias

aftosa. "Há mais de um ano não se tem um foco de aftosa no Paraná. Essa portaria é um absurdo. Parece que por trás dela há interesse de alguma pessoa."

Conforme o senador, a carne do Paraná tem a mesma qualidade da carne produzida no Rio Grande do Sul

e em Santa Catarina e a proibição de saída de animais paranaenses "é acima de tudo uma burrice", porque significa um aviso aos importadores do Mercosul e da Europa de que a carne produzida no Paraná também deve ser impedida de entrar nestes países. "A medida não é só contra o Paraná, é também contra o País", afirmou.

Odacir registra perfil dos assentamentos

O senador Odacir Soares (PFL-RO) divulgou dados da *Pesquisa de Opinião Pública e Caracterização Sócio-Econômica em Projetos de Assentamento do Incra no País*, que a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) encomendou ao Instituto Vox Populi, na intenção de conhecer a situação atual desses povoados.

Com a providência, o senador pretendeu não apenas registrar o esforço da CNA na identificação dos problemas brasileiros, mas também trazer ao Senado informações que considera importantes.

Odacir explicou que os da-



Odacir Soares

dos colhidos mostram que 35% dos assentamentos foram consequência de invasões e 13% resultaram de transferência de grupos sem terra que se encontra-

am acampados em locais inadequados, por anos e até décadas, alguns deles.

Assassinato de trabalhadora mobiliza Dutra

O líder do PT no Senado, José Eduardo Dutra (SE), comunicou ontem em plenário o assassinato, no último dia 6, de Meire Rejane dos Santos Guimarães, na cidade de Mãe do Rio (PA).



Dutra

Principal liderança das mulheres trabalhadoras rurais do nordeste do Pará, ela era esposa de Nonato Guimarães, ex-

deputado estadual do PT e sindicalista daquela região.

Junto com a liderança do PT na Câmara, Dutra está solicitando uma audiência ao ministro da Justiça, Nélson Jobim, a fim de "exigir um basta a essa situação de eterna impunidade na região" e também para pedir proteção de vida

para o ex-deputado Nonato Guimarães.

Conforme o senador, Meire Rejane teria sido morta na frente dos filhos, e tudo indica que o pistoleiro que a atingiu pretendia matar também seu marido, Nonato Guimarães. Ele estava engajado numa campanha pela punição dos assassinos do advogado Paulo Fonteles, morto há anos no Pará.



Gilberto Miranda

Para Miranda, Orçamento deve ser cumprido

O senador Gilberto Miranda (PMDB-AM) defendeu que o Orçamento brasileiro deixe de ser autorizativo e passe a ser mandatário, "como nos Estados Unidos e em outras grandes e prósperas democracias do mundo", para evitar que o Executivo continue cancelando dotações orçamentárias "resultantes de emendas parlamentares democraticamente aprovadas" pelo Congresso Nacional.

Além disso, o senador quer que o Legislativo se prepare para ficar "on-line com todos os setores da sociedade e plugado, em tempo real, aos três níveis de governo" de modo a abrir, "de uma vez por todas, a caixa-preta da burocracia executiva". A reação de Gilberto Miranda deveu-se à atitude do presidente da República que, por decreto, cancelou R\$ 7,8 bilhões de dotações orçamentárias aprovadas para 1996.

Segundo o senador, a medida frustra, "sem qualquer cerimônia", a esperança da população humilde que aguardava esses recursos.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES JOSÉ SARNEY, EDISON LOBÃO, VALMIR CAMPELO E BELLO PARGA

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Plávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade
■ Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Fernando Varela e Lindolfo Amaral
■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal